



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009162-31.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Licenças**
 Requerente: **Rmc Transportes Coletivos Ltda**
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo Detran**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória c/c obrigação de fazer ajuizada por RMC TRANSPORTES COLETIVOS LTDA contra o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO. Informa a autora que é proprietária do ônibus VW/16.180, Placas BSF 8160, Renavam 61630528, que se envolveu em uma colisão com o veículo Ford Corcel I, Placas CYF 6791, tendo constado, equivocadamente, no Boletim de Ocorrência então lavrado, a existência de danos de média monta para o ônibus e pequena monta para o Corcel, quando, na verdade, seria o contrário, gerando restrição à margem do prontuário do veículo e, inviabilizando, por conseguinte, a sua circulação e licenciamento. Alega que, na realidade, os danos causados no ônibus foram de pequena monta e que requereu, administrativamente, a exclusão do bloqueio, contudo a Diretora Técnica da Ciretran local solicitou que se verificasse junto à autoridade policial a possibilidade de retificação do referido Boletim de Ocorrência, o que foi indeferido pela corporação da polícia. Afirma que o veículo em questão está em boas condições de uso e funcionamento, conforme Laudo de Vistoria de Veículos Automotores juntado com a inicial, não existido motivos para estar cadastrado no DETRAN como veículo sinistrado. Requer, a antecipação dos efeitos da tutela para se permitir o licenciamento anual do veículo descrito na inicial. Acompanharam a petição inicial os documentos e fotografias de fls. 05/28.

Houve a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 32/33).

O requerido apresentou contestação alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva. No mérito, sustenta que cabia à autora desconstituir a constatação da autoridade policial de que o veículo sofreu danos de média monta, o que não logrou fazer.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Aduz, ainda, que a liberação do veículo que tenha sofrido danos de média monta é possível, uma vez efetuados os necessários reparos e adotadas as providências previstas no artigo 6º da Resolução CONTRAN 362/2010 e que não há provas de que o dano tenha sido de pequena monta, mediante apresentação de laudo pericial técnico contemporâneo ao acidente.

Houve réplica.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Afasto, inicialmente, a preliminar de ilegitimidade passiva, pois, além do pedido declaratório, há o de cunho obrigacional, sendo o declaratório meramente incidental, para possibilitar o desbloqueio, que é atribuição do requerido.

No mais, o pedido merece acolhimento.

Os documentos e fotografias que acompanham a inicial evidenciam que, de fato, houve equívoco na classificação dos danos dos veículos descritos na inicial, por ocasião da elaboração do Boletim de Ocorrência juntado às fls. 14/17. Observa-se às fls. 16 que foram marcados os locais em que os danos ocorreram em ambos os veículos: no Ford Corcel II foram marcados cinco pontos de impacto, já no veículo da autora foi marcado apenas um ponto de impacto.

Ademais, pelas fotografias de fls. 18/2 pode-se visualizar que os danos do veículo pertencente à autora foram de menor extensão se comparados aos acarretados ao veículo Corcel II.

Além disso, o veículo foi aprovado no laudo de vistoria realizado a fls. 28, datado de 28/04/2015, portanto, posteriormente ao acidente.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, para o fim de declarar que o dano ocorrido no veículo descrito na inicial, no acidente identificado pelo B.O. de fls. 14/17, foi de pequena monta, devendo o requerido providenciar o seu desbloqueio, retirando a restrição de sinistrado, para que possa circular e ser licenciado.

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isento de custas, nos termos da lei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P R I

São Carlos, 29 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**